



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | Nº. 4 | Ano 2021

DESTRUIÇÃO OU PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS COLONIAIS NO MUSEU REGIONAL DA HUÍLA? INCÔMODOS; RESSONÂNCIAS E DEBATES.

DESTRUCTION OR PRESERVATION OF COLONIAL MONUMENTS
IN THE REGIONAL MUSEUM OF HUÍLA? NUISANCES;
RESONANCES AND DEBATES

RESUMO: O objetivo do presente artigo é demonstrar o grau de extremismo com que se discute o destino dos monumentos coloniais em Angola. Como metodologia, analisou-se os comentários dos internautas da página do Facebook do Museu Regional da Huíla aquando do *post* de bustos e estátuas restauradas que representam personalidades ligadas à fundação da colônia de Sá da Bandeira, atual cidade do Lubango–Huíla se devem ou não permanecer no Museu Regional da Huíla. Os comentários dos internautas levam a várias interpretações históricas, antropológicas, raciais, étnicas, políticas e socioeconômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Monumentos Coloniais; Destruição ou Preservação; Luta por Lugares de Memória; Negociação de Memórias.

António Ndelesse Epifânio

ABSTRACT: The objective of the present article is to demonstrate the degree of extremism with which the fate of colonial monuments in Angola is discussed. As methodology, we analyzed the comments of the internet users of the Facebook page of the Museu Regional da Huíla on the post of restored busts and statues representing personalities linked to the foundation of the Sá da Bandeira colony, current city of Lubango–Huíla whether they should remain at the Museu Regional da Huíla or not. The comments of Internet users lead to various historical, anthropological, racial, ethnic, political and socio-economic interpretations.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Cinthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

KEY WORDS: Colonial Monuments; Destruction or Preservation; Struggle for Places of Memory; Negotiation of Memories.

DESTRUIÇÃO OU PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS COLONIAIS NO MUSEU REGIONAL DA HUÍLA? INCÓMODOS; RESSONÂNCIAS E DEBATES.

ANTÓNIO NDELESSE EPIFÂNIO ¹

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é demonstrar o grau de extremismo com que se discute o destino a ser dado aos monumentos coloniais no museu Regional da Huíla—destruição ou preservação? Parto da hipótese segundo a qual, quanto mais se discutir a temática, mais reduzir-se-á a intolerância pelo “outro” e se será capaz de se interpretar o edificado colonial independentemente do contexto que foram construídos e restaurados os bustos e as estátuas, e poder-se-á revisitar o passado e dela se extrair outras versões. O conteúdo a ser analisado foi retirado da rede social, Facebook, na página “Museu Regional da Huíla” no seu *post* datado de 6 de janeiro de 2018 em que os internautas discutiam a destruição ou a preservação dos bustos e das estátuas construídas no período colonial. Este debate acontece anos após alguns bustos e estátuas terem sido destruídos e outros removidos dos espaços onde tinham sido colados no período colonial nos primeiros anos de independência de Angola, recentemente submetidos a processos de recuperação, a restauração à exposição no Museu Regional da Huíla.

O tema em discussão é viciado, formulei-lo de forma propositada, pelos comentários a serem expostos será fácil perceber que há um grande extremismo entre os militantes da destruição e os da preservação. Porém, o tema é também viciado porque só convoca os extremos, destruidores e preservadores, e não convoca os partidários do entre destruição e preservação, tal como diria Homi Bhabha (2018). Mas não quer dizer que não existam. Outrossim, o tema fecha a possibilidade de discutir ou negociar as memórias da escravatura e da colonização ao atribuir propriedade portuguesa aos referidos monumentos. Vejamos o busto ou a estátua que representa um exímio escravocrata ou um estrategista militar, como foi João de Almeida durante as “campanhas de pacificação”, se vistos e atribuídos propriedade aos portugueses perder-se-á oportunidade de revisitar o passado e tirar-se-ia diversas ilações, independentemente de quem a observa.

Um angolano descendente de portugueses poderia ver um ancestral que na sua glória cometera inúmeras atrocidades e que por conta disto os portugueses tiveram que abandonar Angola da maneira mais drástica possível e, ao mesmo tempo, exercitar a tolerância e a coabitação com o “outro” (PIMENTA, 2010; MARQUES, 2013); um angolano descendente de “bantu” poderia ver o opressor de seu ancestral, mas não apenas isto poderia ver também, que a escravatura tomou propulsões astronômicas por cumplicidades dos próprios africanos (READER, 2002) e adotar

¹ Mestrando em Ensino da História de África—ISCED-Huíla. E-mail: antoniondelesseepifanio@gmail.com

posições menos extremistas que possibilitam as negociações de memórias no tempo e espaço divergente e convergente. Para o enriquecimento do debate, recorreu-se a análise documental que permitiu saber como a destruição e a preservação do patrimônio edificado é feita noutros países, quer tenham ou não experimentado a colonização, embora, para o nosso caso, a colonização constitua a variável independente. Optei por uma abordagem do particular ao global, forma preventiva para não forçar o enquadramento do problema na visão dos autores clássicos.

Embragados por teorias racistas e de superioridade sobre outros povos e nações, os europeus se autodelegaram a “missão civilizadora” aos “inferiores” a eles. No seu estudo intitulado “A colonização das terras altas da Huíla (Angola)”, Medeiros (1976) detalha a materialização desta famosa missão, desde seus ensaios à instalação de uma colônia “branca” para corresponder ao princípio da “ocupação efetiva” de Berlim. A presença humana num lugar é semelhante a uma cena de crime, com vestígios expostos e ocultos, neste desiderato, no seu estudo intitulado “*Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*”, Hartog (2014) apresenta o patrimônio como a reunião de semióforos criados por uma sociedade em um dado momento, que traduzem o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo.

É nesta perspectiva que enquadro os bustos e as estátuas criadas no período colonial, removidas, restauradas e expostas no período independente como demonstrou Simão (2019) no seu estudo intitulado “*Visão holística dos museus e arquivos em Angola: Uma abordagem histórica*”, que segundo, após a independência houve o reaproveitamento das estruturas existentes do período colonial para que se reafirmasse a identidade cultural angolana. O grande problema desta “memória de enquadramento”, como demonstrou Pimenta (2018), no seu estudo intitulado “*Políticas de classificação do património histórico-cultural e museologia em Angola: O legado colonial*”, consiste no fosso entre a quantidade de artefatos que representam o período colonial - 79,8%, o pré e pós-colonial.

Nora (1993), no seu estudo intitulado “*Entre memória e História: A problemática dos lugares*”, defende que a construção de lugares de memória se dá quando a memória está ameaçada, como se referiu Agostinho (2020) para o caso de Angola, no seu estudo intitulado “*Um olhar tripartido sobre as demandas sociais atinentes ao processo de patrimonialização em Angola: História do tempo presente, património e usos do passado*”, ao defender que existe um processo acelerado concernente ao processo de patrimonialização. Como bem observado por Hartog (2014) ao questionar se as teses segundo as quais a noção e o processo patrimonialização que se registaram na Europa são ou foram às mesmas que no resto do mundo, particularmente nos ex-países colonizados. Ao que o presente estudo responde não para o caso de Angola concretamente quando se discute a destruição ou a preservação dos bustos e das estátuas. Por isso, concorda

* Agradeço ao professor Yuri Manuel Francisco Agostinho pelas críticas e sugestões na redação deste artigo.

com Pollak (1989) no seu estudo intitulado “*Memória, Esquecimento, Silêncio*” ao defender “a memória em disputa” em vez de corrida por lugares de memória. Mesmo a aceleração da patrimonialização a que se refere Agostinho (2020) a exemplo do Memorial do Cuito Cuanavale verifica-se lutas por lugares de memória.

Bustos e estátuas coloniais: da restauração à exposição

Conjugado os interesses do governo português face à exigência da “Ocupação Efetiva” oriunda da Conferência de Berlim e das necessidades dos madeirenses, entre as quais, as de adquirir terras para o cultivo, em 19 de janeiro de 1885 foi fundada a colônia de Sá da Bandeira por colonos portugueses vindo da região de Madeira. Em 1935, Sá da Bandeira é elevada a capital dos distritos da Huíla, Moçâmedes e Cunene. A cidade chamar-se-á Lubango após a independência (MEDEIROS, 1976, p. 28). O Museu da Huíla foi fundado em 1956, aberto ao público em 1957. Entre os vários objetivos, figuravam a constituição de um centro que propagasse os mais notáveis aspetos da sociedade portuguesa aos filhos de colonos que nasciam a milhas de distância de casa e a missão investigativa dos museus desta época - o estudo do “outro”, do “indígena”, nos variados domínios. Após a independência passou a denominar-se Museu Regional da Huíla, abrangido as províncias da Huíla, Cunene, Namibe e a do Cuando-Cubango (SIMÃO, 2015, p.23).

A antiga Sá da Bandeira, cidade colonial do sul de Angola, denominada “cidade do conhecimento”, exibia nas suas ruas as mais prestigiosas personalidades em forma de busto e estátua. A estátua de João de Almeida - oficial do exército português de autoria de Olga Varandas². A referida estátua estava afixada na rotunda da Senhora do Monte (cf. anexo 1, 2 e 3), em frente da obra de José Frederico Bravo de Drummond Ludovice. Após a independência, manteve-se o monumento e sendo substituída a estátua de João de Almeida pela estátua da liberdade – um homem a desacorrentar as mãos. A estátua de Artur de Paiva – coronel do exército português, primeiro Administrador da Humpata, autoria também atribuída à Olga Varandas. Estava afixada na Praça da República (cf. anexo 4, 5 e 6), defronte ao Magistério Primário, atual Comitê Provincial do MPLA da Huíla, Praça Comandante Gabriel Calofe. A estátua foi substituída pelo busto do Dr. António Agostinho Neto- primeiro presidente de Angola.

O busto de Agapito de Carvalho – Governador-Geral da província de Angola entre 1947–1951, do artista Fernando Marques, estava afixado na atual Praça João Paulo II (cf. anexo 7 e 13); Busto de Luís de Camões - Poeta português, uma das maiores figuras da literatura da luso-

² Muito discutível. De acordo com a internauta Beatriz Soares Viera “A estátua de João de Almeida foi feita pelo meu pai, Adão António Soares nas Oficinas Gerais do Sto. António (...)” aos 7 de novembro de 2018.

fonia, autor dos "Lusíadas", autoria atribuída à Olga Varandas³ (cf. anexo 8); Busto do Dr. José da Câmara Leme - Condutor de obras públicas, português responsável pela vinda da primeira colônia de madeirenses às terras Altas da Chela, autoria atribuída à Olga Varandas. Estava afixado em frente à Câmara Municipal, atual Núcleo da Assembleia Nacional, Huíla-Lubango (cf. anexo 9, 10 e 11); Busto de Peixoto Correia - Governador do Distrito da Huíla em 1955, fundador do Museu da Huíla, atual Museu Regional da Huíla, autoria atribuída à Olga Varandas (cf. anexo 12); Cabeça do Marquês de Sá da Bandeira, um dos responsáveis pela abolição da escravatura em Angola, obra do artista Fernando Marques em homenagem ao Marquês de Sá da Bandeira, estava afixado na atual Praça João Paulo II (cf. anexo 13 e 14).

Entre o período de descolonização e o da independência, a cidade sofreu várias reconfigurações, os bustos e as estátuas foram umas destas, conforme o depoimento da internauta Ana Paula Dias, uma das guardiãs do acervo naqueles períodos conturbados da História de Angola:

Gostaria de deixar uma informação e sugestão relativa à memória\história do museu no pós-independência. Quem esteve como curador do museu depois da independência foi o Sr. José Ferreira, nato da Huíla. A ele se deve a manutenção do seu acervo. Foi também graças a ele que as estátuas do tempo colonial, retiradas e atiradas para o mato, ou para zonas baldias⁴, foram recuperadas e levadas para o átrio do museu. Eu fui testemunha e cheguei a colaborar, a pedido do Sr. Ferreira, na reorganização e conservação do acervo bibliotecário. Penso que esta informação deverá ser registrada, quer no historial do Museu, como numa placa em honra⁵ ao Sr. Ferreira. O Arquivo da Cultura terá com certeza a informação necessária. Fica a sugestão⁶.

No período independente, o museu reabriu, mas por falta de condições de trabalho e descrições das peças existentes, o museu encerrou entre 2005 e 2009, depois disto reaberto ao público. Até 2015, possuía cerca de 1.100 peças, das quais apenas 300 estavam expostas (SIMÃO, 2015, p.23). Todavia, o museu empreendeu o projeto de recuperação dos bustos e das estátuas com a ajuda das empresas sedeadas, sobretudo, na província da Huíla. Não se tem a ideia de

³ A identidade de Olga Varandas é muito discutível, alguns, como a internauta Ana Cunha afirmam que foi arquiteta, aos 6 de novembro de 2019. Por sua vez, a internauta Ivone Cabral fez o seguinte comentário "(...) O meu pai Orlando Filipe Cabral foi o fundidor que passou algumas destas obras, o Luís de Camões, por exemplo, do gesso para o metal (...) Olga Varandas foi a escultora. Eu era bem pequenina, embora me lembre muito bem da execução de várias obras (...)" aos 7 de novembro de 2018.

⁴ De acordo com o internauta Farley Espinha, as estátuas foram recuperadas no rio Mucufi, arredores da cidade do Lubango (cf. anexo 15).

⁵ A merecida honra foi feita. Um *post* datado de 10 de Janeiro de 2019 na página do Museu Regional da Huíla a quando das festividades do percurso do museu, foram homenageados, Arnaldo Ferreira – médico português, que por motivos pessoais mudou a sua residência e a família para cidade de Luanda e dou a sua residência na Huíla à cidade de Sá da Bandeira, edifício onde funciona o Museu Regional da Huíla. Foi igualmente homenageado, José Ferreira - guardião do edifício e do seu acervo.

⁶ Ana Paula Dias, internauta, comentário proferido no *post* da página do Museu Regional da Huíla aos 6 de janeiro de 2018 a quando do término da restauração dos bustos e das estátuas em anexos.

quantos bustos e estátuas existiam no período colonial, contudo, não se sabe o paradeiro⁷ da Cabeça do Marquês de Sá da Bandeira (cf. anexo 9), no momento que redijo. Seguir-se-á as reações à exposição dos referidos bustos e estátuas.

Destruição ou preservação dos monumentos coloniais no Museu Regional da Huíla?

Após a publicação de fotografias ilustrando os bustos e as estátuas de personalidades coloniais, os internautas reagiram de diversas formas:

Boa iniciativa. Parabéns. Quer concorde ou não, não se pode apagar a história, só com ela se pode corrigir os erros do passado e melhorarmos-nos enquanto seres humanos.⁸ Parabéns por esta iniciativa, queiramos ou não, a história de um país tem de ser preservada para que as gerações futuras tenham conhecimento dela.⁹

Em resposta ao *post* e as reações supras, outros internautas reagiram do seguinte modo:

Se a maioria soubesse dos feitos dos que são representados nestas estátuas não aceitariam tê-los como referência, pediriam para parti-las.¹⁰ Estátuas de bandidos e assassinos nos museus da minha terra serão questionadas com o tempo e destruídas. Um povo que homenageia o colonizador é um povo colonizado. Essas estátuas deviam ser algemadas e colocadas num museu presidiário.¹¹

Segue-se um debate interessante entre três internautas:

1. – Esse museu é um lixo. Perpetuação das figuras coloniais. Um dia vai arder em fogo.¹²
2. – Opinião de quem não estudou, de quem nunca viu mais que o bairro onde vive. A história deve ser preservada, quanto mais não seja para mostrar aos vindouros como aqueles “colonizadores”, perpetuados nas estátuas de bronze, tratavam o povo e que feitos, bons ou maus, fizeram.¹³
3. – Paula Marques, concordo com tudo que refere, mas apenas gostaria de referir que, muitos dos angolanos, da geração do Dala Fuxi, que como diz, não estudaram e nunca

⁷ Num *post* da AGTSA (Associação dos Guias de Turismo e Servidores Artísticos - Facebook) em que se observa a cabeça do Marquês de Sá da Bandeira, o internauta Fernando Silveira fez o seguinte comentário: “Não merecia o que fizeram ao busto de Marquês de Sá da Bandeira, que promoveu a vinda dos colonos e aboliu a escravatura em Portugal. A santa ignorância revolucionária derreteu o busto”. 31 de maio de 2019.

⁸ Paula Silva, 06/11/2020.

⁹ Isabel Duarte, 12/11/2018.

¹⁰ Luís Dificil, 12/01/2019.

¹¹ Rodrigo Sebastiao, 12/01/2019.

¹² Dala Fuxi, 09/06/2020.

¹³ Paula Marques, 07/11/2020.

viram mais que o bairro onde vivem, são, a meu ver, vítimas das políticas internacionais que impulsionaram a descolonização, mal feita, seja para os portugueses que aí tinham a sua vida e o seu coração, seja para a maioria dos angolanos e principalmente para os seus descendentes com o novo colonialismo que se instalou. Concordo consigo que a formação o e o conhecimento são a base do pensamento crítico, mas não consigo criticar alguém que não teve as mesmas oportunidades que eu.¹⁴

E a discussão continuou, umas mais moderadas e outras mais radicais. Vejamos:

4. –Este museu deve ser repensado, são exaltados os senhores da escravatura. Devem contar a história e não exaltar os senhores como está a ser feito, uma estátua em pose de herói em frente à estrada! Parece-me que os senhores não se importam mesmo com o resgate da história preta.¹⁵
5. –Augusto Tomás, a História não tem cor.¹⁶
6. –Belmira Machado, a história não tem cor, mas os portugueses não podem ser tratados como heróis nas terras que tanto prejudicaram durante a escravatura.¹⁷
7. –É o conhecimento da história que fará os Ngolanos¹⁸ colocar essas estátuas num museu presidiário. É na penitenciária onde as estátuas desses brancos bandidos, ladrões e assassinos merecem estar.¹⁹
8. –Cada nação ou país tem a sua história, que deve ser conservada, considerada, respeitada e vista a partir dos documentos e monumentos históricos que deverão ser vistos e revistos, não com os olhos de hoje, mas sim com os olhos do tempo para poderem ser devidamente entendidos e compreendidos sem complexos de inferioridade nem de superioridade, e muito menos com remosques à mistura e a estúpida “sede de vingança”, sem se saber, exatamente, contra quem, e muito menos vilipendiar documentos e monumentos históricos que têm por finalidade informar e comunicar aos vindouros, o que foi. Indique-se um único povo, no mundo, que não terá sido colonizado por outro(s) povo(s)? Os bantu não colonizaram? De onde será que eles terão vindo e avançado pela Angola adentro?²⁰

¹⁴ Maria Pinto, 07/11/2020.

¹⁵ Augusto Tomás, 06/02/2019.

¹⁶ Belmira Machado, 07/11/2019.

¹⁷ Augusto Tomás, 06/02/2019.

¹⁸ Neologismo, refere-se a angolanos. O nome Angola tem origem na palavra “N’gola”, em kimbundu significa soberano (?).

¹⁹ Rodrigo Sebastião, 12/01/2019.

²⁰ Luís De Sousa, 08/11/2019.

9. – A história de um País é para contar com verdade, sim. E onde estão as estátuas dos negros que fazem parte da sociedade portuguesa desde o tempo dos mouros pelos museus mais importantes de Portugal? Já que a história de um país é para contar com verdade? ²¹

Um grupo de internauta que não concordou com a exposição responsabilizou o governo. Vejamos:

É tudo uma autêntica pouca-vergonha. Os homens nos cargos altos ao ministério da cultura, na sua maioria são instrumentos de perpetuação da herança colonial. ²² Esta vergonha é que andamos a fazer com a nossa cultura, este é o Museu Regional da Huíla que está nas mãos de brancos que legitimam os seus ancestrais que foram escravocratas, estupradores em nossa terra. Senhora Ministra pode não ser por nós, mas por respeito a todos que lutaram de verdade pela independência Ngola, demita-se! Que nojo esta imagem. E olha o agrado dos pulas²³ pela valorização dos seus ancestrais escravocratas. ²⁴

- 10.– Esses bustos e estátuas de figuras coloniais não representam a história dos povos indígenas de Angola. Isso é sobre a história dos colonizadores e seus descendentes luso-angolanos. Estas estátuas deveriam regressar para Portugal seu país de origem. Queremos um museu regional com artefatos culturais dos povos nativos da Huíla. ²⁵

- 11.– Nubio Masóxi Samba, está no seu direito de falar, apenas lhe escapa o seguinte: as fronteiras de Angola foram fruto do sofrimento desses senhores que tanto despreza, talvez não saiba que as fronteiras de Angola foram delineadas por esses senhores, antes só havia sobados. ²⁶

É também possível constar que em comparação a outras latitudes, em Angola não há tanto extremismo e intolerância quanto aos bustos e estátuas de personalidades coloniais. Este seria o ponto de vista de quem é a favor da preservação. E um estado de frouxura e de neocolonialismo para quem é contra, conforme os comentários supras expostos dos militantes da destruição. Reparem aos comentários seguintes: “Estou Feliz por terem preservado essas estátuas de homens notáveis. Noutros países destruíram tudo. Gracias a Deus na nossa terra está tudo bem

²¹ Aristóteles Kandimba, 12/01/2019.

²² Jose Eremita Sundiata Francis, 12/01/2019.

²³ Indivíduo com tonalidade na pele, neste caso, brancos.

²⁴ Mwata Medina, 12/01/2019.

²⁵ Nubio Masóxi Samba, 12/01/2019.

²⁶ Edite Ribeiro, 12/01/2019.

conservado”.²⁷ “A minha terra realmente é única. Em muitas regiões deram e dão cabo das estátuas dos homens que fizeram história. Na minha querida terra estão a preservar. Parabéns, estou orgulhosa”.²⁸ “No Ghana já começaram a extinção das figuras coloniais”.²⁹

Emoções visuais dos objetos

Por meios de artefatos “podemos nos emocionar ao encontrar grandes efeitos humanos, podemos nos angustiar e nos revoltar com a arrogância do vencedor, do conquistador, do explorador” (JÚNIOR, 2018, p.180). É este o contraste que os bustos e as estátuas causaram entre os internautas na página do Museu Regional da Huíla. Os portugueses construíram um mundo na África, do qual muito deles jamais pensaram que desmoronaria (PIMENTA, 2010). Quando se visita os lugares de memória colonial, nos recorrentes casos aqui citados, das suas ruínas, para quem não conhece o processo de descolonização de Angola, parecem fragmentos de um filme de ficção científica, com vestígios que pregam o apocalipse de um país, cidade ou vila, este seria um bom observador, pois, os portugueses saíram de cá correndo, o exemplo da frota de carros que rumou dos vários pontos de Angola à África do Sul na véspera da proclamação da independência (MARQUES, 2013).

Sá da Bandeira foi uma das colônias brancas mais bem sucedidas do Sul de Angola, vinham para cá gente de várias índoles e com diversas motivações, os negócios e os estudos lideravam a lista. Foi de facto uma paragem obrigatória, sobretudo, para os brancos que vinham constatar o sucesso civilizacional de uma cidade branca no interior da África com mais de quarenta e cinco mil habitantes em 1971, uma grande conquista da espécie, na altura considerada superior pelas teorias raciais (MEDEIROS, 1976). Esta e outras experiências terão marcado quem cá viveu e passou. Tanto é que aquando da exposição dos bustos e das estátuas, as reações aos monumentos foram de nostalgia de tempos felizes e ímpares e, sobretudo, de agradecimento pela construção de um lugar de memória. Dado que em muitas latitudes a restauração de monumentos históricos do período colonial não é permitida, antes pelo contrário, destruída. Como escreveu Nora (1993, p.13), se o que eles defendem (entenda-se por monumentos coloniais) não estivesse ameaçado (remoção a após a independência e desejo de destruição dos bustos e das estátuas após a sua restauração), não se teria a necessidade de (re) construí-los.

Aos outros, as emoções ao visual foi a de indignação, repúdio ou mesmo de revolta, um insulto a todos quanto se bateram contra a escravatura, à colonização e pereceram. Um

²⁷ Rosete Laranja Luis, 12/11/2018.

²⁸ Luzia Tavares, 07/11/2020.

²⁹ Paulo Gamba, 12/01/2019.

neocolonialismo. Sobretudo, ao facto de sua curadora ser branca e descendente de portugueses. Estes internautas, pelas suas reações, corroboram com Machado (1984, p.20-21), que segundo, os signos que servem para representar os objetos têm forma dupla e contraditória, não só refletem a realidade visada, como a refractam, por representarem a realidade, a história e a hierarquia social do sujeito que as criou.

Semelhante indignação dos internautas à exposição virtual do Museu Regional da Huíla teve Júnior (2018) ao observar os artefatos do museu britânico que ilustravam testemunhos de derrotas e da debacles sofridas por africanos, orgulhosamente exibidos, num jeito de arrogância e de afirmação dos vencedores, que afetariam qualquer expectador de sua sensibilidade ao observar despojos que faziam parte de grandes civilizações (JÚNIOR, 2018, p. 137). Ora, os monumentos deixados pelos europeus em África, particularmente dos portugueses e bôeres, nos cemitérios da Humpata e no Forte Kapakombe na Bibala, respectivamente, demonstram o insucesso da missão civilizadora, embora, em ternos práticos, sem excessos de vanglória, o domínio europeu revestiu-se de outras máscaras.

Além dos extremos, entre destruidores e preservadores, há aqueles, após observarem os monumentos, que se permitem ao diálogo, que se sentam à mesa e se colocam a responder perguntas do gênero, como preservar o patrimônio histórico edificado colonial em Angola sem anular ou absorver o outro? Como preservar sem causar efeitos emocionais negativos? Como coabitar com quem tem referências históricas diferentes? A estes, encorajo, visto que as negociações são feitas de cedências mais dolorosas que as perdas em período de desavença.

Quanto ao que os bustos e as estátuas representam, Tolentino (2014, p.46), fez uma apreciação interessante, que segundo, os significados dos signos ou dos objetos musealizados não são pré-determinados pelos seus criadores, numa exposição, exemplifica, uma cadeira ou uma arma de fogo perde o valor de uso pela qual foi criada, o seu novo valor ou função estará ao dispor de quem à monta e a observa. Considerando esta possibilidade, que a interpretação do objeto musealizado depende do seu criador e do seu observador, o museu é um excelente lugar de disputa de memória, a estátua de João de Almeida, poderia ser vista não necessariamente como a glorificação do opressor, mas como uma prova para sustentar o fundamento que os anseios de um povo pela liberdade e justiça sempre triunfarão, considerando a descolonização de Angola. Contudo, pode-se perder a oportunidade se o observador a ver como humilhação e partir pela sua destruição.

Lutas por lugares de memória

Há que colocar um ponto de interrogação na afirmação de Huyssen (2004, p.16) segundo a qual “a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os

pontos do planeta”. Se considerarmos as palavras de Hartog (2014, p. 196) segundo as quais a noção de patrimônio na Europa é um misto e produto de uma longa história que não ocorreu em todos os lugares, em todos os tempos e nem da mesma maneira. Consciente desta limitação, Hartog (2014) questiona, que destino teve essa noção de patrimônio fora da Europa, e mais recentemente, nos ex-países colonizados?

Do que foi exposto anteriormente, sobre destruição ou preservação dos monumentos coloniais no Museu Regional da Huíla, há corrida pela construção de monumentos que congelam lugares de memórias, tais como datas e acontecimentos. E de algum modo caracterizado por um extremismo entre os contendores, por um lado angolanos descendentes de “bantu” sugerem e exigem que se substituam os bustos e as estátuas de personalidades coloniais por figuras de descendência bantu tombados durante a resistência à presença e ao domínio europeu, e na impossibilidade de substituí-los, destruí-los. Por sua vez, angolanos descendentes de portugueses louvam e defendem a presença dos bustos e das estátuas. É interessante notar, por outro lado, que estes monumentos dialogam com as dimensões que vão desde as falhas das memórias: memórias hierarquizadas, oficiais ou subterrâneas; isto se por acaso divisarmos na perspectiva de Candau (2005).

Os internautas militantes da substituição ou destruição dos monumentos coloniais acusaram frouxura por parte do governo e cumplicidade da diretora do Museu Regional da Huíla por ser “branca” e descender de portugueses. Nesta perspectiva, diferente do século XIX que vincava a ideia da imparcialidade do autor na produção do conhecimento devido à extensão do modelo de racionalidade às Ciências Sociais, cuja pretensão consistia em aplicar ao estudo dos fenômenos sociais os mesmos princípios epistemológicos e metodológicos que regulavam o estudo dos fenômenos da natureza.

Na atualidade é cada vez mais consensual, que não há neutralidade na produção do saber, não há como negar a historicidade do indivíduo que constrói verdades. As correntes historiográficas presentistas e do relativismo histórico, tal como defendeu Veyne (1982, p.12 *apud* Torres, 1996, p.56), "por essência, a história é conhecimento mediante documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento". O século XX traz outro tipo de museu que rompe com a noção que o passado não tem nenhum vínculo com o presente, são convocados os sujeitos sociais a intervir ativamente e a resistir aos determinismos históricos (PRIMO, 2013, p.22). O dever de memória faz de cada um, o historiador de si mesmo. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial, obcecados em recuperar o seu passado enterrado. Na atualidade, todos se sentem convocados, intelectuais ou não, sábios ou não, a busca de sua própria constituição, de encontrar as suas origens (NORA, 1993, p.17).

Nesta perspectiva, como se imbuídos do espírito totêmico de Ngola Kiluanji Kya Samba³⁰ e da coragem D. António I³¹ do Kongo, alguns internautas convocam à guerra todos os descendentes de Ngola e de Nime a Lukeni³² para que substituam ou destruam os bustos e as estátuas que representam figuras coloniais, cuja honra e bravura são a de desenterrar o passado soterrado pelas masmorras do colonialismo português, sujeitos adjetivados de escravocratas, carniceros e traficantes de seres humanos. Até onde cavar para exumar os heróis tombados e soterrados pelo imperialismo português? Até onde éramos um conjunto de reinos, que estabeleciam muitas vezes relações de domínio e guerra? Até a união feita pelos portugueses a fogo e ferro? E mesmo que fosse da atual união, somos todos “Mukongo ou Ngola”, nas fronteiras forjadas por portugueses?

Certamente que não somos todos “Mukongos e Ngola”. Mas interessa aqui partilhar o estudo do Bahu (2016), que segundo, o étnico em Angola está em desuso, tendo em conta os seguintes elementos: um país caracterizado por sucessivas migrações marcadas pelo domínio de uns sobre outros, em que os vencidos foram obrigados a adotar a cultura que não fazia parte do seu quotidiano; a colonização portuguesa que condenou e anulou certas práticas culturais; a guerra civil que descontinuou a passagem de testemunho às outras gerações, tais como o empobrecimento em custear certos rituais; os intercâmbios culturais— casamentos sem os preceitos étnicos, entre outros (BAHU, 2016, p. 237).

Para se ter memória é preciso ter meios, e o registro é uma condição indispensável, se perdermos uma determinada memória não se pode operar o entendimento do que está em volta das experiências que se foi acumulando no meio social ao longo dos tempos. Nora não fala em corrida para os lugares de memória, mas assinala que é importante olhar para estes atos como meios para amanhã termos lugares onde a memória poderá residir. Daí que Nora (1993, p.13) sugere criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, realizar elogios fúnebres, notariar atas, entre outras. Ouçamos o que nos dizem Simão (2019) e Pimenta (2018). O primeiro informa que nos primeiros anos de independência de Angola o campo museológico foi caracterizado pela alteração da política cultural em vigor no período colonial para que se reafirmasse a identidade cultural angolana (SIMÃO, 2019, p.343). Não se sabe qual é a cultura angolana face abordagem acima, no entanto, é mais sensato pensar que é o conjunto do mosaico cultural nas fronteiras de Angola com as devidas particularidades e simbioses.

O segundo classifica os monumentos e sítios registados pelo Ministério da Cultura de Angola em 2017 com base numa periodização de aquisição e abordagem. De acordo com esta

³⁰ Rei do Ndongo, pai de Njinga Mbande, liderou em 1589 a grande coligação contra os portugueses.

³¹ Também conhecido por Nvita a Nkanga convocou e liderou em 29 de outubro a Batalha de Ambuíla contra os portugueses.

³² Fundador do Reino do Kongo.

classificação, o período pré-colonial representa 12,5% dos monumentos e sítios e referem-se aos sítios arqueológicos. A quantidade ínfima poderá estar associada à política de esvaziamento da etnicidade a favor de “um só povo e uma só nação”, ideologia em vigor nos primeiros anos de independência; O tema da escravatura, um dos fenômenos marcantes da história angolana e no currículo de ensino, representa 1,4%; A resistência africana ao colonialismo e a luta anticolonial, tão propagandeados, representam 5,3%; O período colonial veementemente repudiado representa 79,8%. Em algumas províncias, o legado colonial representa a totalidade do patrimônio classificado; O período pós-colonial, tão glorificado, apenas representa 1% (PIMENTA, 2018, p. 152-155).

Huyssen (2000, p.19) questiona: as contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos, permitem perguntar se ainda é possível nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela. Os efeitos da independência de Angola não são sentidos de modo igual, este tipo de sentença ainda é válida por ser uma jovem república de 47 anos e que imediatamente a proclamação de sua independência mergulhou numa guerra civil de 27 anos, infelizmente é uma discussão mais política do que social o que impede a compreensão real do problema. Neste caso, para responder Huyssen (2000), não há coesão social em Angola em minha opinião e muito menos sentido de Estado, há uma tolerância que os desacordos retomem e destruam o que as pessoas construíram nestes anos de paz. A “memória imaginada” que a mídia vende sobre o quão foram triunfantes os movimentos independentistas são de imposição e manipulação, se bem que nos primeiros anos após um longo conflito vincaram.

Neste período de pós-guerra, as pessoas não querem falar sobre a guerra, as pessoas queriam e querem esquecer. A frase famosa entre os angolanos “Xê menino, não fala política”, aliás, Valdemar Bastos cantou uma música³³ a respeito bem ilustrativa. Manda-se calar para esquecer e não se diz por que se tem que se esquecer, ninguém quer (ia) falar da guerra, pensam que falando dela despertaria antigas fressuras, houve uma certa altura que ninguém dizia até de onde era ou vinha, muitos mudaram de nomes e só em sectores mais restritos dizem a etnia a que pertencem. O “espaço fúnebre” que Huyssen (2000) sugere para o caso da Argentina,

³³ Velha Xica: Antigamente, a velha chica vendia cola e gengibre. E lá pela tarde ela lavava a roupa do patrão importante. E nós os miúdos lá da escola perguntávamos à vovó chica. Qual era a razão daquela pobreza, daquele nosso sofrimento. Xê menino, não fala política. Não fala política, não fala política. Mas a velha chica embrulhada nos pensamentos. Ela sabia, mas não dizia a razão daquele sofrimento. Xê menino, não fala política. Não fala política, não fala política. E o tempo passou e a velha chica, só mais velha ficou. Ela somente fez uma kubata com teto de zinco, com teto de zinco. Xê menino, não fala política, não fala política. Mas quem vê agora o rosto daquela senhora, daquela senhora. Só vê as rugas do sofrimento, do sofrimento, do sofrimento! Xê menino, não fala política. Não fala política, não fala política. E ela agora só diz: - Xê menino, posso morrer, posso morrer. Já vi Angola

talvez pode(sse) ser aplicado em Angola, a diferença é que lá as pessoas tendem a querer lembrar e aqui, a esquecer. Embora não em termos absolutos. Em torno do nosso debate Huyssen (2000) deixa a seguinte sugestão:

Dado que a memória pública está sujeita a mudança – políticas, geracionais e individuais – ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos (...). Se o sentido de tempo vivido está sendo negociado nas nossas culturas de memórias contemporâneas, não devemos esquecer que o tempo não é apenas o passado, sua preservação e transmissão (...) devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. (HUYSSSEN, 2000 p. 37).

Não convém, tão cedo, dizer que Huyssen (2000) está sugerindo a destruição dos monumentos em debate e de outros que se enquadram neste padrão, pois, há que identificar os “passados usáveis” dos “passados dispensáveis”. Devemos considerar todas as hipóteses. Os militantes da preservação do patrimônio colonial defendem a preservação da memória dos que ajudaram a construir e a modernizar a atual Angola. Temem como diria Nora (1993) pelo seu esquecimento. Ora, tal como na Europa, em Angola, o patrimônio está sujeito a ameaças de destruição – por condições naturais e humanas. Mas a pior é a ação humana, não a da vandalização, mas a da indiferença. Na Humpata, existem vários cemitérios bôeres, dos três que visitei estão em estado de abandono, sua existência pouco diz aos locais. Quando diz é pela estrutura arquitetônica – resistente ao tempo e a indiferença que se lhe olha e se lhe dá. Cito outro caso, um imponente cemitério português no antigo Forte de Kapakombe na Bibala, tal como os cemitérios bóeres supracitados, também se encontra em estado de abandono, e pior, descontextualizado. Poucos locais conseguem explicar sua existência a quem por questões turísticas ou de investigação por lá passar.

Aos militantes da destruição do patrimônio colonial edificado lhes escapa que é impossível apagar o período colonial, quer seja nos cemitérios bóeres e portugueses onde não há intervenção de restauração, quer seja onde ocorreram como foi o caso Museu de Antropologia de Luanda adaptado a não transparecer o “indígena” como exótico. E quando há tais lugares de memória adaptados a olhar o “indígena” como um ser “normal” há sempre luta por lugares de memória, em que os propósitos iniciais da criação estão ocultos e não inexistentes. No caso do Memorial do Cuito Cuanavale analisado por Agostinho (2020) por ter sido construído de raiz pelo governo angolano não há memória colonial, porém, há luta por lugar de memória.

Concordo com Agostinho (2020, p.69-72) quando questiona, “a construção deste memorial e sua representação no tempo atual é consensual? Qual é a posição dos historiadores e

independente! - Xé menino, posso morrer, posso morrer. Já vi Angola independente! Ver letra em: <https://m.lettras.mus.br/waldemar-bastos/velha-xica/>, consultado: 29 de dezembro de 2021.

do grande público face o processo de construção do memorial?” E coloca-se a respondê-las: atualmente o que se tem visto é que a construção do memorial correspondeu aos anseios dos tais ditos “vencedores”, já os tais ditos “derrotados”, não reconhecem a importância deste memorial, logo se percebe que a narrativa que esteve em volta do que seria o memorial, não abarcou todos os contendores. Sucede o que disse Nora (1993), lugares salvos de uma memória da qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais, lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante, nem participação apaixonada, mas onde palpita algo de uma vida simbólica (NORA, 1993, p.14).

Considerações finais

Das duas questões levantadas neste estudo—destruição ou preservação dos monumentos coloniais no Museu Regional da Huíla e lutas por lugares de memórias, concluo o seguinte: o debate é feito com muito extremismo, o que impede uma conclusão benéfica para as partes envolvidas – descendentes de portugueses e de “bantu”, e, sobretudo, enquanto angolanos que partilham referências diferentes, não obstante, relacionadas. A frustração com que proferem certas palavras, carregadas de violência e humilhação, para defender a posição que partilham, poderá estar ligada a descolonização violenta seguida por um período conturbado pela guerra civil e da má governação. Ambos os lados não têm a quem culpar, seja pela destruição de lugares de memória, pela falta de memórias, por memórias negativas ou pela má e falta de um conjunto de condições socioeconômicas, daí que atiram palavras com certo grão de violência verbal e psicológica para o interlocutor que ousa contrariar. É uma demonstração que vivem num estado psicológico de repreensão, e no primeiro momento de expressão, fazem-no com violência preventiva.

Estamos perante uma reinscrição da História de Angola –do seu mapa “étnico”, em que descendentes de portugueses reclamam por lugares de memórias de seus ancestrais, é raro ver em Angola, sobretudo “brancos”, a entrarem em discussão e em disputa por uma propriedade coletiva, no caso do Lubango, o mais sonante foi o da piscina da Nossa Senhora do Monte e agora os bustos e as estátuas, ao defenderem os primeiros de seus ancestrais que vieram em Angola é prova que exigem seu nome no “mapa etnográfico angolano” e vão sentindo-se mais “seguros” que nos primeiros momentos de independência. Os descendentes de portugueses tomaram uma posição, a defesa dos poucos lugares de memória que sobraram, mobilizaram empresas a que muitos são proprietários ou funcionários influentes e patrocinaram o restauro de bustos e estátuas. Porém, mais da metade da cidade do Lubango o seu edificado é memória

colonial, além disso, os patrocínios destas empresas não favorecem apenas as memórias coloniais, mas o museu de modo geral.

Outrossim, descendentes de “bantu” vão continuar na defensiva enquanto não superarem a experiência colonial, cujas soluções estão distantes, os espaços de convívio de igualdade entre descendentes de colonos ou “brancos” e de “bantu” ou negros são raros e quando existem as relações que se estabelecem são as de subalternização. Mas esta luta por lugares de memória não ocorre somente entre descendentes de portugueses e de “bantu”, ocorrem também entre os “bantu”, há uma massiva tentativa dos indivíduos pertencentes às etnias ambundu e mukongo em homogeneizar e subalternizar as demais “etnias”, sobretudo as do Sul, discriminando-as sempre que possível ou apelando por uma união, no caso em estudo, em que pretendem absorver as demais “etnias”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. Um olhar tripartido sobre as demandas sociais atinentes ao processo de patrimonialização em Angola: História do tempo presente, património e usos do passado. *África(s)*, vol. 7, N. 13, p.66-86, 2020.

BAHU, Helder Pedro Alicerce. O étnico está em desuso? Construção e desconstrução identitária em Angola. In: TEIXEIRA, Marcos António Domingos e LIMA, Uílian Nogueira (Orgs.). **Afros e amazônicos: Estudos sobre o negro e o indígena na Amazônia**, Porto Velho: MC & G Editorial, 2016.

BHABHA, Homi k. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro, Brasil: Aeroplano, 2000.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. A Melancolia dos Objetos: Algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Historial oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, p. 137-163, 2018.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão espetacular: Introdução à fotografia**. São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1984.

MARQUES, Alexandra. **Segredos da descolonização de Angola**. Portugal: D. Quixote, 2013.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **A colonização das terras altas da Huíla (Angola)**. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos de Geografia, 1976.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projecto História, vol. 62, p.7-28, 1993.

PIMENTA, Fernando Tavares. Políticas de classificação do património histórico-cultural e museologia em angola: o legado colonial. **Projeto História**, vol. 62, p. 146-199, 2018.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Portugal e o século XX: Estado-Império e descolonização (1890-1975)**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Vol. 3, N.2, p.3-13, 1989.

PRIMO, Judite. Museus, hibridação cultural e novas territorialidades. **Cadernos de Sociomuseologia**, N.46, p.17-28, 2013.

READER, John. **África: Biografia de um continente**. Portugal: Publicações Europa-América, 2002.

SIMÃO, Santos Garcia. **O sistema de informação arquivística: caso do Museu Regional da Huíla**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SIMÃO, Santos Garcia. Visão holística dos museus e arquivos em Angola: uma abordagem histórica. **Transversos**, nº 15, p. 316-355, 2019.

TOLENTINO, Átila. Entre políticos e mestres de cultura popular: discurso, poder e ideologia nos museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, Vol. 47, p.43-70, 2014.

TORRES, Luís Henriques. **O conceito de História e Historiografia**. Rio Grande: Biblos. Rio Grande. N. 8, 53 – 59, 1996.

Recebido em: 22/05/2021

Aprovado em: 19/12/2021